

ALEXANDRE ALVES COSTA  
**DA CIDADE AO  
TERRITÓRIO.  
PATRIMÓNIO**

ÁLVARO DOMINGUES  
**PATRIMÓNIO  
TERRITORIAL?  
QUAL?**

WALTER ROSSA  
**O RESTO NÃO  
É PAISAGEM, MAS  
SIM O TODO**

ELISA PÉREZ BABO  
**PATRIMÓNIO  
CULTURAL E  
ESTRATÉGIAS DE  
DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**



JOANA LEANDRO VASCONCELOS  
**O PROJETO DE  
REABILITAÇÃO DA  
CASA ANTÓNIO  
PATRÍCIO, PORTO**

SARA BARRIGA BRIGHENTI  
**MUSEUS PARA  
UM FUTURO JÁ  
PRESENTE**

DAVID FERREIRA  
**A CERTIFICAÇÃO  
DOS ITINERÁRIOS  
DO CAMINHO DE  
SANTIAGO**

ANA ALFORADO  
**CAMINHOS PARA A  
INCLUSÃO SOCIAL:  
A ARTE COMO  
POSSIBILIDADE...**

**REVISTA  
PATRIMÓNIO  
NÚMERO SETE  
NOV. 2020**  
15€

# editorial

No início de 2020, o acontecimento disruptivo da pandemia da Covid-19 veio evidenciar o momento de viragem que vivemos, em que o Homem deixa de ser o sujeito absoluto da História, abrindo lugar à consciência de uma maior incerteza e de um maior desconhecimento do futuro. Entre a natureza e as novas técnicas e tecnologias, entre as alterações climáticas, as migrações e as novas formas de perceção e de transmissão das experiências individuais e coletivas, quanto mais avançamos no conhecimento e na reflexão sobre a atual trajetória das sociedades, menos dúvidas temos quanto ao significado crucial do património, das cidades e do território, como suportes das nossas particularidades culturais e das nossas identidades.

A função do património na cidade e a sua importância como elemento agregador identitário e caracterizador e como recurso na economia urbana — ao mesmo tempo objeto de visões díspares e antagónicas sobre a sua capacidade de transformação, adaptação e resiliência — são temas recorrentes. O potencial do património nos processos de desenvolvimento de zonas deprimidas do território, o seu contributo para a resolução de problemas socioeconómicos e para a qualificação do ambiente construído, e ainda o seu lugar nos dispositivos de planeamento e gestão territoriais e urbanos são questões incontornáveis no seu debate.

Neste quadro, este número da revista apresenta um conjunto largo e diversificado de reflexões, onde património, cidade e território se entrecruzam. A permanente transformação das cidades e do seu património, a territorialização do património como construção de um melhor equilíbrio na sua gestão — quebrando isolacionismos e trabalhando em rede — ou os riscos atuais que pairam sobre o património urbano, exigindo um planeamento dinâmico da sua salvaguarda, são os primeiros temas abordados no Caderno principal. Numa visão mais alargada, também o espaço da cultura e do património cultural nas estratégias de desenvolvimento sustentável no território é objeto de outra reflexão. No domínio do património arquitetónico e urbano é apresentada uma sistematização de conceitos, metodologias e práticas de projeto, questionando o seu papel atual, no contexto da globalização. Tomando a zona oriental da cidade do Porto como caso de estudo, uma outra reflexão introduz-nos o difícil tema da reinvenção dos espaços pós-industriais. A relação entre museu e território é foco de uma outra abordagem, dando nota da alteração programática que fez surgir novas tipologias e novos enquadramentos, e uma maior amplitude geográfica dos projetos, convergindo para o tema da paisagem e redesenhando lugares hoje pontuados por novas estruturas museológicas. O Património Mundial, os centros históricos e as paisagens culturais são o cerne de uma outra abordagem, atualizada, sobre os impactos das inscrições

de bens na Lista do Património Mundial da UNESCO nas cidades e no território. Uma revisão dos conceitos de paisagem, de património paisagístico, de paisagem cultural e de valores culturais — e a sua relação com os quadros legais do ordenamento do território e do património cultural — dá lugar a uma reflexão sobre o impacto da sua aplicação prática sobre o valor cultural das paisagens. A finalizar este Caderno, é-nos apresentado o caso do Campo Arqueológico de Mértola, tomado como exemplo da capacidade de transformação de um território e do seu desenvolvimento a partir da arqueologia e do conhecimento.

A rubrica Pensamento traz-nos duas reflexões distintas: numa delas contrapõe-se à idiosincrasia da proliferação indiscriminada de património, uma visão em rede consubstanciada no conceito dos museus do território, como forma de procurar dar ordem a um caos evolutivo. A outra reflexão gira em torno das ainda pouco exploradas relações entre fotografia e património, no arco temporal de 1850 a 1940 — do registo à documentação e, posteriormente, à interpretação como base de intervenção no património.

Projeto apresenta cinco intervenções de carácter distinto, quer pela sua tipologia quer pelo seu contexto: do Centro Interpretativo do Vale do Tua, como exercício de memória e recriação, passando pela reabilitação dos carrilhões e torres sineiras do Palácio Nacional de Mafra, pelos projetos de reabilitação da Casa António Patrício, no Porto, e do edifício da Cerâmica Antiga de Coimbra, até ao restauro da Sala D. João IV do Palácio Nacional da Ajuda.

Em Opinião, questiona-se o museu do presente virado para um futuro que já está entre nós, uma instituição com uma função política inalienável, vocacionada para a relação com as pessoas e com as comunidades, influenciando tomadas de posições, crenças e valores.

Por fim a rubrica Sociedade traz-nos quatro temas diferentes: as lojas históricas, a sua génese e relação com o desenvolvimento da sociedade e cultura urbanas, e a sua arquitetura; um jornalista de viagens fala-nos, depois, das dimensões que o turismo de massas tomou nos últimos anos, através de uma pequena reflexão sobre a complicada e ambivalente relação entre turistas e preservação do património (uma questão agora em metamorfose); também é apresentada uma síntese do percurso que conduziu à publicação do diploma sobre a certificação de itinerários do Caminho de Santiago em Portugal, versando os seus objetivos, características e perspetivas; e, por fim, um testemunho do projeto *EU no musEU*, uma experiência inclusiva do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, para pessoas com demência e cuja memória se encontra comprometida.

**Manuel Lacerda**, diretor da *RP*

## Índice

caderno

# 6

**Da cidade ao território.  
Património**

Alexandre Alves Costa

# 14

**Património territorial?  
Qual?**

Álvaro Domingues

# 22

**O resto não é paisagem,  
mas sim o todo**

Walter Rossa

# 30

**Património cultural  
e estratégias de  
desenvolvimento local:  
evolução em Portugal**

Elisa Pérez Babo

# 38

**Património, cidade e  
arquitetura: desígnios  
contemporâneos**

Teresa Cunha Ferreira  
José Aguiar

# 46

**Dégradés pós-industriais  
no Porto Oriental –  
upgrades, degradações,  
reconversões, demolições  
e outras soluções**

Inês Moreira

# 56

**Museus que (re)constroem  
paisagens**

Helena Barranha

# 66

**Património Mundial,  
centros históricos e  
paisagens culturais: uma  
reflexão sobre os impactos  
das inscrições de bens  
na Lista do Património  
Mundial nas cidades e no  
território**

Nuno Ribeiro Lopes

# 72

**Paisagem, património  
cultural e ordenamento  
e gestão do território**

Rita Theriaga Gonçalves

# 80

**Arqueologia e museus,  
reabilitação e território:  
o caso de Mértola**

Santiago Macias

pensamento

# 88

**Un aroma de nuestro  
tiempo**

Celestino Garcia Braña

# 94

**A fotografia dos  
monumentos em Portugal  
(1850-1940)**

Jorge Custódio  
Pedro Aboim

projeto

# 106

**Centro Interpretativo  
do Vale do Tua: exercício  
de memória**

Susana Rosmaninho  
Pedro Azevedo

# 114

**Palácio Nacional de  
Maфра: Intervenção de  
reabilitação dos carrilhões  
e torres sineiras**

Luís Marreiros

# 122

**O projeto de  
reabilitação da Casa  
António Patrício, Porto**

Joana Leandro Vasconcelos

# 130

**Projeto de reabilitação do  
edifício da Cerâmica Antiga  
de Coimbra**

Luisa Bebianco

# 138

**O restauro da Sala  
D. João IV do Palácio  
Nacional da Ajuda**

Ana Sofia Lopes  
José Alberto Ribeiro

opinião

# 146

**Museus para um  
futuro já presente**

Sara Barriga Brighenti

sociedade

# 154

**Lojas com história**

Deolinda Folgado

# 162

**With a little help  
from my friends**

Gonçalo Cadilhe

# 172

**A certificação dos  
itinerários do Caminho  
de Santiago**

David Ferreira

# 182

**Caminhos para a inclusão  
social: a arte como  
possibilidade...**

Ana Alcoforado

acontece

# 190

abstracts

# 207

N.º 7 – NOV. 2020

Diretor-Geral do Património Cultural  
**Bernardo Alabaça**

Produção editorial  
Direção-Geral do Património Cultural – Divisão  
de Comunicação e Informática

Diretor  
**Manuel Lacerda**

Apoio Editorial  
**António Faria**

Tradução/Abstracts  
**Cíntia Sousa**

Colaboraram neste número

**Alexandre Alves Costa**  
**Ana Alcoforado**  
**Álvaro Domingues**  
**Celestino Garcia Braña**  
**David Ferreira**  
**Deolinda Folgado**  
**Elisa Pérez Babo**  
**Gonçalo Cadilhe**  
**Helena Barranha**  
**Inês Moreira**  
**Joana Leandro Vasconcelos**  
**Jorge Custódio**  
**José Aguiar**  
**José Alberto Ribeiro**  
**Luis Marreiros**  
**Luisa Bebiano**  
**Nuno Ribeiro Lopes**  
**Pedro Aboim**  
**Pedro Azevedo**  
**Rita Theriaga Gonçalves**  
**Santiago Macias**  
**Sara Barriga Brighenti**  
**Susana Rosmaninho**  
**Teresa Cunha Ferreira**  
**Walter Rossa**

Colaboraram na secção Acontece  
**Ana Alcoforado (AA), DGPC/MNMC**  
**Ana Catarina Parada (ACP), DGPC/DCI**  
**Ana Cristina Araújo (ACA), DGPC/DEPOF-LARC**  
**Ana Maria Costa (AMC), DGPC/DEPOF-LARC**  
**Ana Pagará (AP), DGPC/MA**  
**Ângelo Silveira (AS), DGPC/DEPOF**  
**António Faria (AF), DGPC/DCI**

**Carla Lopes (CL), DGPC/DCI**  
**Clara Camacho (CC), DGPC**  
**Dalila Rodrigues (DR), DGPC/MJ-TB**  
**Deolinda Folgado (DF), DGPC**  
**Fátima Roque (FR), DGPC/MNAC**  
**Graça Mendes Pinto (GMP), DGPC/MNM**  
**Irina Duarte (ID), DGPC/MNAA**  
**Isabel Yglesias (IY), DGPC/PNM**  
**Isabel Melo (IM), DGPC/PN**  
**João Pedro Monteiro (JPM), DGPC/MNA**  
**Jorge Alves (JA), DGPC/DCI**  
**José António Gonçalves (JAG), DGPC/DBC-CNANS**  
**José Silva Ruivo (JSR), DGPC/MC-MN**  
**Lúcia Saldanha (LS), DGPC/MNAC**  
**Manuel Lacerda (ML), DGPC/DCI**  
**Margarida Donas Botto (MDB), DGPC/DCI**  
**Maria Fernandes (MF), DGPC/DEPOF**  
**Miguel Martins (MM), DGPC/DBC**  
**Miguel Soromenho (MS), DGPC/MNAA**  
**Odete Paiva (OP), DGPC/MNGV**  
**Paula Noé (PN), DGPC/DAIB-FS**  
**Paula Tereno (PT), DGPC/DAIB-FS**  
**Paulo Costa (PC), DGPC/MNE**  
**Pedro Barros (PB), DGPC/DBC-CNANS**  
**Rita Guimarães (RG), DGPC/DPIMI**  
**Silvana Bessone (SB), DGPC/MNC**  
**Susana Medina (SM), DGPC/DBC**  
**Teresa Abreu (TA), DGPC/MNC**  
**Teresa Albino (TA), DGPC**  
**Teresa Mourão (TM), DGPC/DMC**  
**Vasco Branco (VB), DGPC/MNAA**

Design gráfico  
**Jorge Silva/Silvadesigners**

Revisão de texto  
**Maria José Godinho**

Pré-impressão e impressão  
**Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.**

Distribuição  
**Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.**

Edição  
**Direção-Geral do Património Cultural**  
**Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.**

ISSN  
**2182-9330**

Depósito legal n.º  
**365 161/13**

N.º de edição  
**1024245**

**RP – Revista Património**  
Publicação da DGPC – Direção-Geral  
do Património Cultural  
Palácio Nacional da Ajuda  
1349-021 Lisboa  
Tel: +351 213614336  
Fax: +351 213628472  
Email: [dgpc@dgpc.pt](mailto:dgpc@dgpc.pt)  
[www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)

Os artigos da RP – Revista Património são da  
exclusiva responsabilidade dos respetivos autores,  
e não refletem, necessariamente, o ponto de vista  
da direção da publicação ou da DGPC.

© RP/DGPC  
© Textos e imagens DGPC e respetivos autores

Imagens de capa e contracapa  
retiradas dos artigos constantes  
desta edição da Revista.

Imprensa Nacional  
é a marca editorial da **INCM**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.  
Av. António José de Almeida  
1000-042 Lisboa

[www.impresnacional.pt](http://www.impresnacional.pt)  
[www.incm.pt](http://www.incm.pt)  
[www.facebook.com/ImprensaNacional](https://www.facebook.com/ImprensaNacional)  
[editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

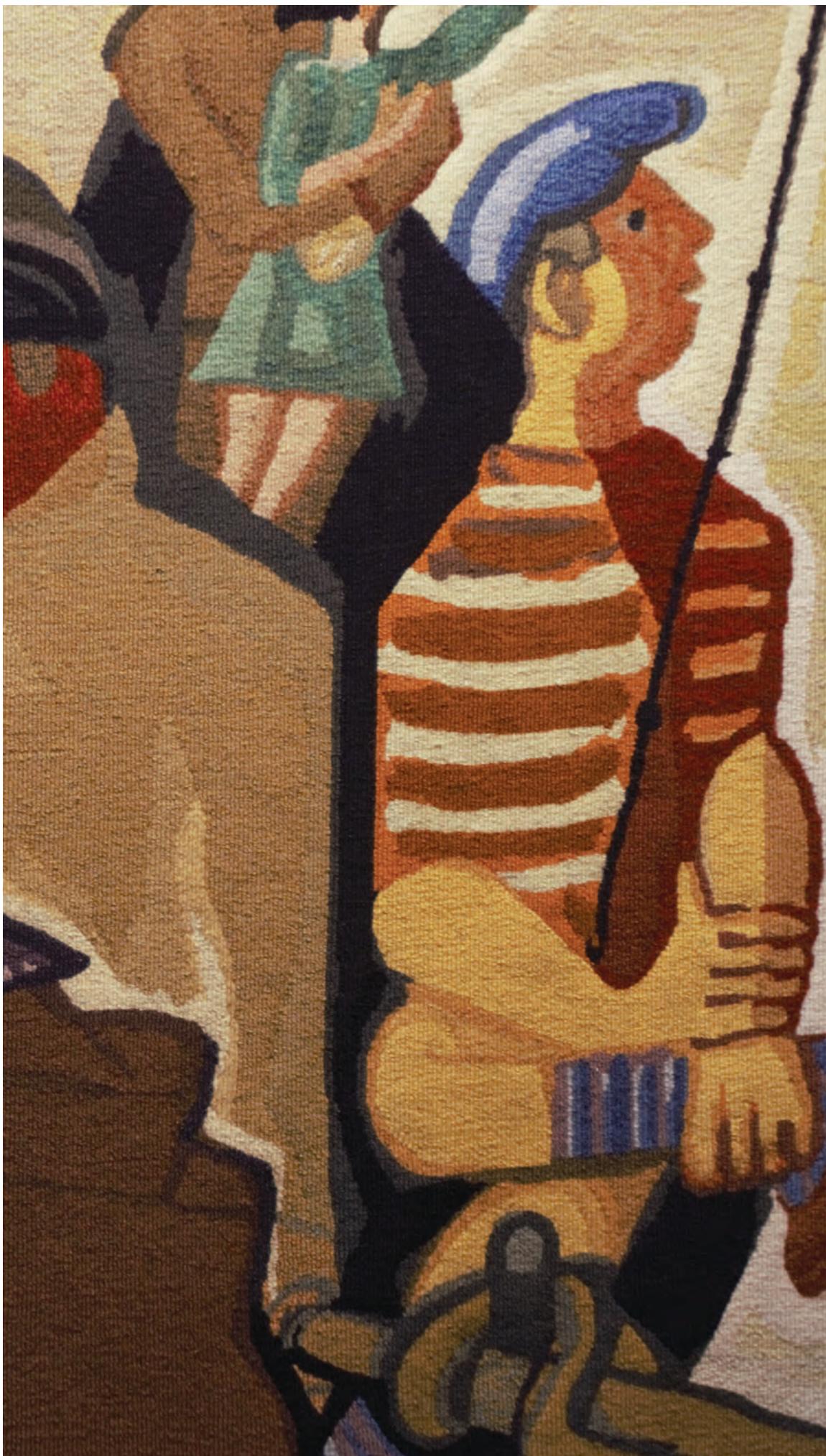
**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L



# Património cultural e estratégias de desenvolvimento local: evolução em Portugal

Elisa Pérez Babo  
Economista, Quaternaire Portugal, SA  
elisababo@gmail.com

Tapeçaria de Portalegre (pormenor).  
Francisco Antunes, 2019.



Em Portugal, a abordagem mais estruturada no seio dos processos locais de planeamento estratégico referente aos programas ou projetos de intervenção pública no património cultural e na cultura tem feito um percurso que, em parte, acompanha oportunidades que os municípios têm explorado no contexto internacional. A UNESCO e a Comissão Europeia, através de iniciativas orientadas para o património cultural e para a cultura (Lista do Património Mundial, Rede de Cidades Criativas e Capitais Europeias da Cultura), surgem como impulsionadores significativos da evolução conceptual, metodológica e política assumida pelas autarquias locais nas últimas décadas. O artigo propõe-se evidenciar, de forma sucinta, vários aspetos da evolução das estratégias, locais ou regionais, que reconhecem e atribuem à cultura e ao património cultural um espaço e um papel motor do desenvolvimento sustentável.

## Introdução

Em Portugal, o património cultural e a cultura têm vindo a ocupar progressivamente o seu lugar no quadro das estratégias de desenvolvimento urbano e territorial, por um lado, fruto de variadas oportunidades geradas por organizações internacionais em termos do reconhecimento do seu papel na preservação das identidades e na afirmação dos territórios, mas por outro lado, em resultado da tomada de consciência, por parte dos decisores políticos e técnicos, do potencial que aqueles detêm nos processos de um desenvolvimento humano, social e economicamente sustentável.

No seguimento da adesão de Portugal à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1979, certas autoridades locais portuguesas foram ganhando consciência da importância estratégica da preservação e valorização do património cultural e natural no quadro das políticas de desenvolvimento local e regional, especialmente enquanto fator de visibilidade e de afirmação perante outros lugares ou cidades, mas também como potencial de atração turística e de investimento. Sublinhe-se os casos particulares das cidades de Angra do Heroísmo (1983), mas sobretudo de Évora (1986), que alicerça a sua candidatura de inscrição do Centro Histórico na Lista do Património Mundial numa estratégia de desenvolvimento económico, social e cultural da cidade. Na década seguinte, vários outros exemplos confirmam esta perceção, por parte das autoridades locais e nacionais, do valor e potencial do património cultural e natural para as estratégias de desenvolvimento urbano ou territorial: os casos das inscrições do Centro Histórico do Porto (1996), da Paisagem Cultural de Sintra (1995), do Sítio Pré-histórico de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa (1998), da Laurissilva da Madeira (1999), do Alto Douro Vinhateiro (2001), e várias outras que se seguem já no presente século.

Por sua vez, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1985, veio abrir outras oportunidades no país para a promoção de estratégias de desenvolvimento e afirmação das cidades baseadas na cultura. Lisboa apresenta a sua candidatura para ser Capital Europeia da Cultura em 1994, com o que isso significa de aposta e investimento na cultura e na requalificação urbana da cidade. Posteriormente, o Porto formaliza a sua candidatura com base numa forte estratégia de desenvolvimento cultural e urbano e é, em 2001, Capital Europeia da Cultura, em simultâneo com Roterdão, seguindo-se Guimarães, que dentro de uma estratégia igualmente baseada na cultura e requalificação urbana, ascende a esse título e estatuto em 2012.

A evolução, a nível teórico e técnico, que entretanto se tem sedimentado desde meados da década de 90 por toda a Europa e por diversos países a nível mundial (destaque para os EUA, o Canadá, a Austrália, etc.), vem gerar um efeito igualmente importante no modo como as autoridades públicas em Portugal, seja a nível local ou nacional, passam progressivamente a integrar o património cultural e a cultura dentro de uma visão sistémica da cidade e do território, favorecendo a emergência de estratégias locais e regionais baseadas nestas dimensões. A evolução dos conceitos e das abordagens às políticas para o património cultural que decorre, entre outros, — da Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (2005)<sup>1</sup> e, posteriormente, da Declaração de Namur (2015)<sup>2</sup>; da Agenda

21 para a Cultura e das reflexões consequentes do Comité para a Cultura da Organização Mundial «Cidades e Governos Locais Unidos» (CGLU) sobre a cultura e o desenvolvimento sustentável; da evolução dos conceitos de indústrias culturais e criativas e da forte aposta, nomeadamente no âmbito dos órgãos europeus, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, na compreensão e defesa da importância do património cultural enquanto fator do desenvolvimento regional e local<sup>3</sup> e na promoção do Ano Europeu do Património Cultural (2018); do reconhecimento de uma nova disciplina económica especificamente centrada na cultura, de que David Throsby é o principal precursor<sup>4</sup>; ou da emergência das novas redes de atores urbanos e regionais centradas na criatividade e na cultura, como o caso da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (2004)<sup>5</sup>, que reúne um forte campo de referenciais, teóricos, políticos e técnicos, que os decisores políticos nacionais têm vindo a aproveitar para introduzir alguma inovação no campo das suas estratégias de desenvolvimento urbano e territorial.

## Das estratégias e processos focados no sector cultural...

Os processos de valorização cultural de maior escala ao nível das cidades que aconteceram nas últimas décadas do século xx e inícios deste século, em Portugal, caracterizaram-se em geral por um papel relativamente parcelar e segmentado dentro do quadro das estratégias urbanas de desenvolvimento económico e social.

Apesar da tomada de consciência sobre a importância do património cultural e dos contributos que a sua valorização podia trazer na afirmação das cidades ou dos territórios, as primeiras abordagens no quadro dos processos de candidatura e de inscrição de bens de singular valor na Lista do Património Mundial mantiveram-se relativamente confinadas no quadro das estratégias locais de desenvolvimento.

No caso da inscrição de centros históricos na Lista do Património Mundial, os processos em geral incidiram exclusiva ou predominantemente sobre as áreas delimitadas — área do bem e área tampão, com muito poucos reflexos sobre a sua articulação com as áreas urbanas envolventes e uma fraca integração no contexto de toda a cidade. Assumindo como principais objetivos a reabilitação do património arquitetónico e urbanístico, estes processos centraram-se em geral num conjunto de instrumentos de natureza urbanística e num forte investimento ao nível físico, com intervenções de restauro, de recuperação ou de renovação de monumentos, do edificado mais relevante dentro da área urbana delimitada, bem como, dos respetivos espaços públicos. Complementarmente, tais processos integraram objetivos de promoção local, nacional e internacional do conjunto patrimonial de valor singular, favorecendo condições para a sua interpretação, divulgação e promoção, nomeadamente junto do mercado turístico. As cidades em geral tornaram-se destinos turísticos mais atrativos, dada a notoriedade reconhecida do seu património, e frequentemente, passaram também a atrair profissionais e peritos de património e de políticas de reabilitação urbana que procuravam, particularmente, conhecer e estudar novas metodologias e boas práticas de intervenção urbanística.

Os processos de inscrição de centros históricos na Lista do Património Mundial mobilizaram metodologias de planeamento urbano específicas, quer ao nível da elaboração e



↑  
**Templo romano de Évora.** R. Azevedo, 2010.



↑  
**Vista do centro histórico do Porto.** R. Azevedo, 2006.

aprovação de instrumentos de gestão territorial (com mais frequência, os planos de salvaguarda), quer ao nível da preparação de planos de ação com vista a definir os investimentos e a estabelecer as suas prioridades de execução. Em geral, nestes processos, procurou-se mobilizar outros agentes urbanos e as próprias populações residentes nas áreas intervencionadas, quer no quadro do processo de planeamento, quer na respetiva execução das ações. Não se pode contudo concluir que estas abordagens traduzissem um nível de participação muito significativo já que, frequentemente, as dimensões social e económica dos processos eram relativamente secundarizadas, não permitindo resolver muitos dos problemas que estas áreas históricas, com um nível de degradação por vezes elevado, em geral concentravam, em termos de regressão económica, de abandono ou de exclusão social.

No caso dos processos de candidatura das cidades à iniciativa europeia de Capital Europeia da Cultura (CEC), as estratégias municipais assumiram um carácter essencialmente setorial, focado nos sistemas culturais existentes, e articulado, em geral, com a valorização urbanística e arquitetónica de zonas centrais e mais sensíveis da cidade e a promoção de novos equipamentos, vocacionados para dar resposta ao acréscimo de programação de eventos e atividades culturais. Apesar de uma expressão urbana mais alargada, não confinada apenas a espaços urbanos restritos onde se concentram os valores patrimoniais, monumentais, arquitetónicos e urbanísticos mais significativos da cidade, estes processos mantiveram, no entanto, algum distanciamento face a sectores da cidade mais periféricos ou na interação com outros domínios da política pública, a nível dos sistemas económicos e sociais.

Os processos de planeamento, nos casos das CEC, assumiram sem dúvida uma maior abrangência, se comparados com os processos de inscrição na Lista do Património Mundial. Em geral, os planos integraram uma forte dimensão urbana, associada às intervenções de renovação e de reabilitação de sectores urbanísticos específicos, mas também à construção de novos equipamentos dedicados às atividades artísticas e culturais, associados à aposta na programação, produção e difusão culturais. Dentro destes processos, estabeleceram-se por vezes interessantes ligações entre o campo cultural, no

core destes processos, e os sectores da educação, da ciência, da integração social e do turismo.

A mobilização de parceiros para os processos de planeamento que antecederam as celebrações das cidades portuguesas enquanto CEC<sup>6</sup> foi igualmente mais intensa e representativa, se comparada com os anteriores casos da inscrição de bens na Lista do Património Mundial. Além de um envolvimento direto na preparação e na execução do programa de eventos e atividades dos agentes culturais e artísticos sedeados e exteriores à cidade, as estruturas municipais fomentaram a ligação com representantes de outros sectores da cidade, das escolas, das estruturas do conhecimento, associadas às universidades e aos centros de investigação científica, do tecido social, envolvendo particularmente as IPSS e outras associações de base local focadas em segmentos da população mais vulneráveis e excluídos, dos principais agentes de turismo, incluindo os serviços turísticos vocacionados para a organização e oferta de produto no segmento do turismo cultural e do *city short break*.

Apesar do foco essencial na cultura, estes processos demonstraram-se muito mais abertos à cidade, favorecendo a sua qualificação ao nível infraestrutural e a sua notoriedade no campo da oferta cultural, reforçando condições de emergência de novos produtores artísticos, favorecendo a sua internacionalização e criando condições propiciadoras de práticas culturais mais intensas, diversas e ampliadas dentro dos vários segmentos da população. Tais efeitos, que em geral perduraram para além do período específico do evento, ainda que indiretamente, permitiram reforçar a atratividade da cidade junto de novos residentes, bem como, em certos casos, atrair novos investimentos com base no *upgrade* global de qualificação dos sistemas e das atmosferas artísticas e culturais que geraram na cidade.

### **...às estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas na cultura**

Nas duas/três últimas décadas, o contexto internacional e nacional, nomeadamente ao nível das reflexões teóricas e políticas, tem sido favorável ao aparecimento de novas abordagens ao desenvolvimento baseado na cultura, mais integra-

# Un aroma de nuestro tiempo<sup>1</sup>

**Celestino Garcia Braña**  
Presidente del DOCOMOMO Ibérico



Constatar el aumento indiscriminado de lugares en los que se muestran todo tipo de vestigios procedentes del pasado, es el punto de partida de una reflexión que se inicia con la identificación de las causas que pudieran estar en el origen de aquel fenómeno y ha de continuar con un esfuerzo permanente para comprender la idiosincrasia de lo rememorativo. Frente a la indiscriminada proliferación de lo museístico, se aboga por establecer redes que articulen objetivos comunes que superen la desagregación y las visiones parceladas que, a la postre, resultan derrochadoras de medios y voluntades. Todo ello podría concretarse en lo que, aquí, se entiende por Museos del Territorio. Se trataría de concitar entusiásticos esfuerzos colectivos que tengan presente el doble filo de la memoria, conscientes de lo que se quiere recordar y, simultáneamente, de lo que se está dispuesta a olvidar.

←

Marvão, Alentejo.  
RCL – Rui Cunha, TdP.

## El desbordado culto a la memoria

Si como se ha dicho y repetido, los valores culturales que provienen del pasado dependen, muy fundamentalmente, de la mirada que cada presente proyecta sobre ellos, comprender las características de nuestra contemporaneidad se hace indispensable para desarrollar las estrategias de protección del patrimonio. Los argumentos de los que partir no responderán a un supuesto abstracto y racional raciocinio, sino que siempre estarán impregnados de lo que se puede considerar «el aroma de nuestro tiempo», que envuelve de modo inexorable todo lo que en su interior ocurre.

Y parte de aquel «aroma» tiene que ver, en Europa, con un desbocado culto a la memoria iniciado hace poco más de 40-50 años y parece crecer desbocadamente. Significados autores han reflexionado acerca de este afán «conservador» y «memorístico» que forma parte, sintomatológica, de nuestros días. Recordamos a Andreas Huyssen que ha escrito:

*«Uno de los fenómenos culturales y políticos más sorprendentes de los últimos años es el surgimiento de la memoria como preocupación central de la cultura y de la política de las sociedades occidentales, un giro hacia el pasado que contrasta de manera notable con la tendencia a privilegiar el futuro, tan característica de las primeras décadas de la modernidad del siglo xx.»<sup>2</sup>*

También F. Choay ha llamado la atención hacia este síndrome de nuestro tiempo:

*«Este proceso agrupa lo más significativo y lo más fútil, los lugares de culto religioso y los de la industria, los testimonios de un pasado secular y los de un pasado todavía reciente. Como si acumulando todos esos logros y todas esas huellas, se quisiera construir una imagen de la identidad humana... Cada nuevo fragmento así incorporado de un pasado lejano o de un pasado inmediato y apenas enfriado, otorga más solidez, precisión y autoridad a la figura narcisista, la vuelve más tranquilizadora y capaz de conjurar la angustia y las incertidumbres actuales.»<sup>3</sup>*

Si estos textos dejan constancia de una realidad, un paso más debería conducirnos a una interpretación que aporte explicaciones coherentes de aquel fenómeno que sobrepasa naciones y tiene una repercusión decisiva en las políticas de definición y protección del patrimonio. George Steiner escribe se refiere a alguna de las condiciones de nuestro presente que tocan muy de cerca el corazón de aquellos argumentos. Así se manifiesta Steiner:

*«La obsesión por la conservación es paradójicamente determinante para la modernidad. La arqueología, la exhumación, la preservación y restauración del menor signo de vestigio del pasado despierta pasiones. Dos guerras mundiales han demostrado que las culturas son mortales, como dijo Valery, y este descubrimiento ha suscitado una profunda angustia. Es tiempo de inventarios. La memoria debe ser documentada y almacenada antes de que sea demasiado tarde (el crepúsculo de Hegel). En esto interviene un oscuro y escatológico sentimiento, la sensación de final.»<sup>4</sup>*

Steiner pasa de constatar, en sintonía con las de los autores antes citados, a una explicación de las causas que pueden estar detrás de aquella insistencia «memorializante». Es en la idea de la «sensación de final» donde residen las claves del texto. Quizá podamos preguntarnos, siguiendo su sugerencia, si acaso aquella mirada hacia el pasado se expresa,

no ya como confianza hacia el futuro sino, y más bien, como búsqueda de refugio frente a las muy graves incertidumbres que de lo venidero nos atemorizan.

## Argumentos para la frustración

Temores que surgen del interior mismo de nuestra civilización, quizá como consecuencia de los fracasados ideales de progreso y promesas de felicidad, y son el punto de partida de una especie de frustración generalizada, de difícil asimilación, que nos instala en la idea de que la humanidad ha llegado a un punto crítico.

En toda época pasada, el hombre ha convivido con temores específicos. La novedad reside en que las nuevas desconfianzas no provienen del exterior, como antaño, sino de nuestras propias raíces civilizadoras, de lo que hemos alcanzado a ser, de lo que en realidad somos.

Aunque se haya diluido el temor a la desaparición de nuestra cultura por la utilización bélica de la energía atómica, han surgido renovados argumentos bajo la amenaza del cambio climático, como consecuencia del crecimiento exponencial auspiciado por la técnica y la industria sin que, al menos de momento, se vea la posibilidad de remediarlo. Es como escuchar a la orquesta del Titanic, ante el inevitable hundimiento, los últimos compases enajenantes que preceden a la catástrofe.

Un segundo aspecto de aquella desconfianza hacia el futuro acecha cuando se comprueba la capacidad científica para

manipular la vida en el laboratorio hasta extremos que producen vértigo. El desafío ético que esto supone corre parejo con la certeza de que ninguna consideración moral tendrá capacidad de frenar los potentes intereses que están en juego.

La tercera fuente de desasosiego proviene del nuevo marco espaciotemporal que la capacidad de comunicación nos ha aportado. El fenómeno de la globalización, radicalmente nuevo, ha cambiado profundamente nuestra realidad, hasta el punto de poder decir que el entorno, el exterior, ha desaparecido. Somos simultáneamente nosotros y los otros, todo está ahora íntimamente unido, pero sabiendo que solo una pequeñísima parte de ese «nosotros» toma decisiones, de las que no participamos, y siendo conscientes de lo mucho que pueden afectarnos.

El creciente desarrollo de la inteligencia artificial y el poder de los procesos informáticos podría considerarse la cuarta fuente de tanta ansiedad, en la medida en que, entre otras importantes consecuencias, sabemos que alterara profundamente nuestro modo de estar en el mundo y su percepción.

No es de extrañar, por tanto, el miedo que se ha generado en nuestras sociedades a la pérdida de una identidad que sentíamos próxima y, como consecuencia de ello, surgen aquellas insistentes miradas al pasado, que parecen prometernos anclajes espirituales frente a las derivas de tanto desasosiego.

Circunstancia específica del presente es que quienes hoy asistimos a este cambio de paradigma, de eso se trata en el fondo, hemos vivido con plenitud el anterior. ¡No quedan muy



**Catedral de Milão.**  
Manuel Lacerda, 2017.



**Portugal Trails, TdP.**

page 6

## From city to territory. Heritage

Alexandre Alves Costa

**N**o matter how well or badly they perform, architects have been the main agents in the treatment and transformation of heritage assets. However, their fundamental contribution seems to have done little for them to take advantage of the theoretical and conceptual heritage consolidation required.

Therefore, let us move on from broad speeches of “good intentions”, often associated with a widespread attitude of resistance to change and consequent discomfort.

We stand on the other side of latent conservative tendencies of so many ‘heritage defenders’ and fail to see the forefront of indignation caused by unrestrained speculation or the economic system that favours it.

Ruins can witness a general flow of time, never a stop or brake in the construction of a city that is always re-built on sediments from the past. We will defend the sacred memory of places by giving them new life; and will attempt to avoid, with equal enthusiasm, the poor quality of architecture built outside heritage protected area.

page 14

## Territorial Heritage? What is it?

Álvaro Domingues

**I**t is impossible to stabilise the relationship between heritage and territory as none of these concepts has clear boundaries; this pathway can easily lead to a labyrinth. Heritage has to do with diversity and fragmentation. Everything can be heritage, from gastronomy to digital information but, if we wish to include this whole diversity in common formats, it quickly becomes clear that there are limits to it and difficulty in regulating the excess. The centrality of the State leads to its fragility, to the proliferation of heritage-related social groups and a tendency to transform heritage into a commodity and a tourist resource. Territory is everything, container and content, but it is also the place where things are located or where they take place. *Territorialising* heritage could mean building a better balance in asset management, breaking isolationism and working on networks of proximity and institutional diversity.

page 22

## Urban cultural heritage seen through the landscape concept

Walter Rossa

**W**ith a focus on the Portuguese reality, this essay examines the main concepts and risks faced by urban cultural heritage. By resorting to the landscape concept, this approach highlights the specificity of such heritage considering in particular its living and evolutionary matrix, which is at the same time its main strength and its largest weakness. In addition, a brief reference is made to the fact that the Portuguese legal framework revoked during the past decade the only means to safeguard urban heritage, i.e. planning processes. Finally, attention is drawn to a method based on the concept of invariant that, once planning has been resumed, could be a solid base for setting up such indispensable urban planning instruments.

page 30

## Cultural heritage and local development strategies in Portugal

Elisa Pérez Babo

**A** more structured approach to local strategic planning for public intervention in cultural heritage in Portugal has followed a path that partly keeps up with the opportunities explored by the municipalities in the international context. UNESCO and the European Commission, through initiatives targeted at cultural heritage and culture (World Heritage List, Creative Cities Network and European Capitals of Culture), have become significant driving forces of the conceptual, methodological and policy developments taken up by the local authorities in recent decades.

This article proposes to highlight various aspects of local or regional strategies development by recognising and attributing to culture and cultural heritage a space and a driving role for sustainable development.

page 38

## Heritage, city, and Architecture: contemporary goals

Teresa Cunha Ferreira and José Aguiar

**W**ith globalisation, heritage (as a support of identity and memory) has come to mean both comfort and refuge, as well as an act of consumption. In this article, we perceive heritage in the broad, prospective, and contemporary sense of the term – and in close relationship with communities and territorial resources. In this manner, we overcome narcissistic, fetishist or nostalgic approaches exalting self-enclosed iconic objects (consumer scenarios or theme parks). Without presuming to create recipes for contemporary building intervention, we present some notes on architectural and urban heritage concepts, methodologies and project practices.

page 46

### Post-industrial *dégradés* in Eastern Porto – upgrades, degradations, reconversions, demolitions and other solutions

Inês Moreira

**D**eindustrialisation caused a strong impact on cities that grew up around industry. With socio-economic, spatial and cultural implications, industrial dismantling accelerated degradation and raised the need for economic, social and spatial rehabilitation while giving a new meaning to collective imagination. How to reinvent these areas? Take a look at post-industrial spaces in Eastern Porto, a bourgeois city that has not been very assertive about its industrial inheritance. It experiments a *dégradé* of different situations combining renowned architectural projects with anonymous occupations, run-down areas, recent demolitions, and also a number of artistic focuses on the built environment. Far from suggesting new systemic solutions, Porto's post-industrial architecture is being re-invented in gradations of interest (and lack of interest) which have, for the time being, paid very little attention to heritage issues.

page 56

### Museums that (re) build landscapes

Helena Barranha

**H**istorically, museum architecture has always been linked to heritage rehabilitation in Portugal. However, the process by which appropriation of pre-existing structures takes place has evolved over time just as the concept of heritage has itself changed and expanded. New typologies, new frameworks and new functions have therefore led to other projects. After a period of major work campaigns in some of the main national museums, the turn of the 21<sup>st</sup> century has seen an expansion of the geographical scope of heritage interventions, which has created new reference points in the territory. In many cases, the architectural programme and proposal have converged to the landscape theme, thereby re-designing places that are today flagged and reinterpreted by digital mappings.

page 66

### World Heritage, historic centres, and cultural landscapes: impacts of inscriptions on the World Heritage List on cities and territory

Nuno Ribeiro Lopes

**I**f until recently we continually looked back into the past, today, we can monitor the present and envision the future. It is up to us to build the right strategy, and to monitor and correct it whenever deviations occur, as a consequence (or not) of this world that never ceases to amaze us. It is not enough to say that we have all the documents, that we have fulfilled all our obligations, that everything is resolved. We should go beyond that and be attentive and available to listen to others and always improve ourselves. Let us network with each other and share, not only our successes, but also and especially our anguishes and defeats. Let us be humble and true. We are mere passengers on this endless journey.

page 72

### Landscape, cultural heritage, and spatial planning and management

Rita Theriaga Gonçalves

**T**his article focuses on the meanings of landscape, landscape heritage, cultural landscape and cultural values and their application in spatial planning and cultural heritage legislation. It also aims to analyse the effects and procedures resulting from applying this legislation to the landscape, particularly to their cultural value.

page 80

### Archaeology and museums, rehabilitation and territory: the Mértola case

Santiago Macias

**S**et up more than four decades ago, the Mértola project remains an emblematic example of a search for alternative paths to development. It has now become clear that archaeology alone is not the key to development; just as it is evident that projects such as this one are indispensable for development and can change forever the future prospects of a site. This can be done in a way that is not always quantifiable, but with impacts that go beyond the excavation work itself.

The Mértola project was set up as a negative response to "colonial" archaeology. It was launched in 1978 when the Alentejo region was very different from what it is today. The challenge now is to carry on, in a narrow path. From yesterday to today.

# PATRIMÓNIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

IMPRESSA  
NACIONAL

